

Demonstrações financeiras

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

31 de dezembro de 2019 e 2018
com Relatório do Auditor Independente

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Daniel de Araujo Peixoto
Contador CRC-1BA025348/O-9

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.612	11.142
Contas a receber	4	5.239	16.697
Impostos a recuperar		760	679
Outros		1.692	1.326
Total do ativo circulante		34.303	29.844
Não circulante			
Depósitos restituíveis e valores vinculados	5	16.036	15.248
Imobilizado	6	199.408	203.745
Depósitos judiciais		87	87
Total do ativo não circulante		215.531	219.080
Total do ativo		249.834	248.924

	Notas	2019	2018
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar	7	12.776	14.888
Empréstimos e financiamentos	8	16.809	19.850
Impostos e contribuições a recolher		905	507
Dividendos a pagar	16	2.738	-
Outras contas a pagar	10	24.907	23.163
Total do passivo circulante		58.135	58.408
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	32.639	40.508
Provisão para contingências	9	2.860	2.599
Total do passivo não circulante		35.499	43.107
Patrimônio líquido			
Capital social	11	142.421	142.421
Reservas de lucros	11	13.779	4.988
Total do patrimônio líquido		156.200	147.409
Total do passivo e do patrimônio líquido		249.834	248.924

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Receita operacional líquida	12	51.983	38.271
Custo de geração de energia	13	(32.302)	(28.957)
Lucro bruto		19.681	9.314
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	13	(308)	(258)
Outras (despesas) receitas operacionais		(333)	166
		(641)	(92)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		19.040	9.222
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	1.619	569
Despesas financeiras	14	(6.732)	(8.605)
		(5.113)	(8.036)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		13.927	1.186
Imposto de renda e contribuição social Corrente	15	(2.398)	(1.504)
		(2.398)	(1.504)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		11.529	(318)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.529	(318)
Outros resultados abrangentes		
Outros resultados abrangentes líquidos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	<u>11.529</u>	<u>(318)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		142.421	792	4.514	-	147.727
Prejuízo do exercício		-	-	-	(318)	(318)
Absorção das reservas pelo prejuízo		-	-	(318)	318	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		142.421	792	4.196	-	147.409
Lucro líquido do exercício		-	-	-	11.529	11.529
Constituição de reserva legal	11.b	-	576	-	(576)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	11.d	-	-	-	(2.738)	(2.738)
Reserva de dividendos complementares	11.b	-	-	8.215	(8.215)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		142.421	1.368	12.411	-	156.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		11.529	(318)
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido (prejuízo) com o fluxo de caixa			
Depreciação de ativo imobilizado	6	6.213	10.625
Encargos financeiros, líquidos	8	4.269	5.519
Baixa de ativo imobilizado	6	129	44
Provisão para contingências	9	261	499
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber		11.458	(4.308)
Impostos a recuperar		(81)	72
Outros		(366)	174
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Contas a pagar		(2.112)	11.416
Impostos e contribuições a recolher		398	(919)
Outras contas a pagar		1.744	7.410
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>33.442</u>	<u>30.214</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Depósitos restituíveis e valores vinculados		(788)	(4.950)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	6	(2.005)	(2.571)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(2.793)</u>	<u>(7.521)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	8	(11.622)	(12.784)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	8	(3.557)	(4.445)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(15.179)</u>	<u>(17.229)</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa		<u>15.470</u>	5.464
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		11.142	5.678
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício		26.612	11.142
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa		<u>15.470</u>	<u>5.464</u>
Informações complementares:			
Valores pagos de IR:		1.094	877
Valores pagos de CS:		615	543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A. (“Sociedade” ou “Rio Grande”) é uma sociedade anônima de capital fechado, e tem por objeto social: (a) a implantação e a exploração, como Produtor Independente, das Pequenas Centrais Hidrelétricas Caju, Santo Antonio e São Sebastião do Alto (“PCH Caju”, “PCH Santo Antônio”, “PCH São Sebastião do Alto” ou “PCHs”); (b) a produção e a comercialização da potência e da energia geradas pelas PCHs; (c) a manutenção, a operação e a exploração de todos os bens e direitos, equipamentos e instalações que compõem as PCHs; e (d) a comercialização de créditos de carbono; e (e) a prestação de serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro.

A Sociedade foi constituída em 13 de fevereiro de 2008, e atualmente é controlada pela São João Energética S.A.

Em 08 de julho de 2008, nos termos das Resoluções nº 1.452, 1.453 e 1.454, a Sociedade obteve as autorizações para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração das pequenas centrais hidrelétricas: (a) Caju, com 10.000 kW de capacidade instalada, localizada no rio Grande, na bacia hidrográfica do Atlântico-Sul, nos municípios de São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena, no estado do Rio de Janeiro; (b) São Sebastião do Alto, com 13.200 kW de capacidade instalada, localizada no rio Grande, bacia hidrográfica do Atlântico-Sul, nos municípios de São Sebastião do Alto e Santa Maria Madalena, no estado do Rio de Janeiro; e (c) Santo Antônio, com 8.000 kW de capacidade instalada, localizada no rio Grande, na bacia hidrográfica do Atlântico-Sul, no município de Bom Jardim, no estado do Rio de Janeiro, respectivamente.

A Sociedade iniciou a operação comercial da PCH Caju em 17 de março de 2011, mediante Despacho nº 1.170/2011 da ANEEL. Por meio dos Despachos nº 3.395/2011 e 3.548/2011 da ANEEL, a Sociedade obteve a liberação do início da operação comercial das unidades geradora UG2 e UG1 da PCH São Sebastião do Alto a partir de 19 de agosto de 2011 e 1º de setembro de 2011, respectivamente. Por meio do Despacho nº 399/2012 da ANEEL, a Sociedade obteve a liberação do início da operação comercial da PCH Santo Antônio a partir de 04 de fevereiro de 2012.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

PCH	Potência em MW	Autorização ANEEL	Operação comercial
Santo Antônio	8,0	Resolução ANEEL Nº 1.454/2008	Despacho ANEEL nº 399/2012: iniciou a operação comercial em 04 de fevereiro de 2012.
Caju	10,0	Resolução ANEEL Nº 1.452/2008	Despacho ANEEL nº 1.170/2011: iniciou a operação comercial em 17 de março de 2011.
São Sebastião do Alto	13,2	Resolução ANEEL Nº 1.453/2008	Despacho ANEEL nº 3.548/2011: iniciou a operação comercial (UG1 - 6,6MW) em 1º de setembro de 2011. Despacho ANEEL nº 3.395/2011: iniciou a operação comercial (UG2 - 6,6MW) em 19 de agosto 2011.

As autorizações vigorarão pelo prazo de 30 anos, a contar da data de publicação das Resoluções nº 1.452/2008, nº 1.453/2008 e nº 1.454/2008, podendo ser prorrogadas por igual período, considerando os critérios estabelecidos pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto nº 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Ao fim do prazo da autorização, os bens e as instalações necessárias para a geração de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. Nesse caso, para determinar o montante da indenização a ser recebida, serão considerados os valores dos investimentos realizados e aprovados pela ANEEL, não previstos em projeto original, deduzidos da depreciação apurada por auditoria do Poder Concedente.

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA - *Power Purchase Agreement*) de acordo com as seguintes principais características:

Setores	Datas do contrato	
	Início	Vencimento
Varejo	01/03/2010	30/11/2023
Serviços	01/08/2010	31/12/2020
Comercializadora	01/10/2011	31/12/2020

Anualmente, ou na menor periodicidade permitida em lei ou regulamento, os preços da energia contratada dos contratos de venda de energia listados são reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ou pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A Sociedade apresenta um capital circulante líquido negativo de R\$ 23.832 (R\$ 28.564 em 31 de dezembro de 2018). As ações tomadas pela Sociedade para tornar a margem bruta positiva são de controle dos custos e ainda a Administração da Sociedade entende que o acionista continuará provendo recursos necessários para a manutenção das atividades sempre que forem demandados para realização dos planos de negócios para cumprir com os compromissos assumidos de curto prazo.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (“Lei nº 6.404/76”), que incluem os dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (“Lei nº 11.638/07”), e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 (“Lei nº 11.941/09”), e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Adicionalmente, a Sociedade considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

A Sociedade adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pelo CFC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019. As práticas contábeis, descritas na Nota Explicativa 2.3, foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.3. Sumário das principais práticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade é como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, aos quais tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b.1) *Ativos financeiros*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- A Sociedade transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse.
- A Sociedade transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Sociedade são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e depósitos restituíveis e valores vinculados.

b.2) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros são classificados entre as categorias abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

A cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a atualização monetária, e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

b) Instrumentos financeiros--Continuação

b.2) *Passivos financeiros*--Continuação

ii) Empréstimos e recebíveis

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos à juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Sociedade são contas a pagar, empréstimos e financiamentos e dividendos a pagar.

c) Ativo imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada.

Adicionalmente, com base na opção exercida pela Sociedade na adoção inicial dos novos pronunciamentos, foram avaliados a valor justo os custos de imobilizado, com base na adoção do custo atribuído aos ativos dessa classe.

A Sociedade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo ou considerando o período remanescente de autorização, dos dois o menor. As vidas úteis dos ativos da Sociedade são demonstradas na Nota 6.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

c) Ativo imobilizado--Continuação

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos com manutenção dos ativos da Sociedade são alocados diretamente ao resultado do exercício conforme são efetivamente realizados.

d) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

e) Provisão

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando são esperados que algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

f) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

g) Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Mais especificamente, a receita de venda de energia é reconhecida quando a energia é entregue ao cliente.

h) Imposto de renda e contribuição social

São apurados com base no lucro presumido mediante a aplicação das alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e, 9% para a contribuição social incidentes sobre os percentuais de 8% para o imposto de renda e 12% para a contribuição social sobre a receita bruta auferida no período de apuração conforme determinado pela legislação tributária em vigor.

i) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para redução ao valor recuperável dos ativos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

j) Recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de identificar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar a deterioração, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis--Continuação

2.3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

l) Ativo circulante e não circulante

São demonstrados ao valor de custo ou realização, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos e variações monetárias ou cambiais auferidos.

2.4. Novos pronunciamentos contábeis

A norma abaixo entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e não teve efeito material sobre os montantes divulgados no exercício atual.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários reconhecem separadamente a despesa de juros sobre o passivo durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros, e a despesa de amortização sobre o ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhece o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e depósitos bancários	3.716	1.906
Aplicações financeiras	22.896	9.236
Total	<u>26.612</u>	<u>11.142</u>

As aplicações financeiras classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Banco BTG Pactual S.A.	Fundo DI	CDI	22.424	-
Banco Itaú S.A.	Fundo DI	CDI	472	9.236
			<u>22.896</u>	<u>9.236</u>

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

4. Contas a receber

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Venda de energia	3.980	4.524
Venda de energia – MRE/CCEE (*)	-	246
Contas a receber – partes relacionadas	1.259	11.927
	<u>5.239</u>	<u>16.697</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Saldo a vencer	5.211	4.545
Saldo vencido até 30 dias	-	9.086
Saldo vencido de 31 a 90 dias	2	-
Saldo vencido de 181 a 365 dias (*)	26	3.066
Total	<u>5.239</u>	<u>16.697</u>

(*) Montante relativo ao rateio de MRE, liquidado no primeiro trimestre de 2019.

A Administração não espera perdas no saldo do contas a receber.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Depósitos restituíveis e valores vinculados

As aplicações financeiras classificadas como depósitos restituíveis e vinculados a valor justo por meio do resultado estão compostas da seguinte forma:

Instituição financeira	Tipo	Remuneração	2019	2018
Citibank S.A.	Fundos	CDI	16.036	15.248
			16.036	15.248

A Sociedade possui, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 16.036 (R\$ 15.248 em 31 de dezembro de 2018) depositado em fundos DI vinculados às obrigações de financiamento com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado

	Em serviço					Em curso		Total
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Transmissão e distribuição	Estoque de ativo fixo	Bens em andamento	
31 de dezembro de 2017	13.780	70.876	117.010	49.397	14.539	519	4.993	271.114
Adições	-	-	-	-	-	329	2.242	2.571
Baixas	-	(1.128)	-	-	-	-	-	(1.128)
Transferências	-	5.952	(1.914)	(1.685)	-	-	(2.353)	-
31 de dezembro de 2018	13.780	75.700	115.096	47.712	14.539	848	4.882	272.557
Adições	-	-	-	-	-	512	1.493	2.005
Baixas	-	(389)	(30)	(330)	(2)	-	(128)	(879)
Transferências	-	476	-	515	-	-	(991)	-
31 de dezembro de 2019	13.780	75.787	115.066	47.897	14.537	1.360	5.256	273.683
31 de dezembro de 2017	(2.968)	(17.809)	(25.023)	(10.324)	(3.147)	-	-	(59.271)
Adições de depreciação	(528)	(3.305)	(4.410)	(1.826)	(556)	-	-	(10.625)
Baixas de depreciação	-	1.084	-	-	-	-	-	1.084
31 de dezembro de 2018	(3.496)	(20.030)	(29.433)	(12.150)	(3.703)	-	-	(68.812)
Adições de depreciação	(208)	(2.584)	(2.086)	(952)	(383)	-	-	(6.213)
Baixas de depreciação	-	389	30	330	1	-	-	750
Transferências	-	(2)	1	2	(1)	-	-	-
31 de dezembro de 2019	(3.704)	(22.227)	(31.488)	(12.770)	(4.086)	-	-	(74.275)
Total em 31 de dezembro de 2018	10.284	55.670	85.663	35.562	10.836	848	4.882	203.745
Total em 31 de dezembro de 2019	10.076	53.560	83.578	35.127	10.451	1.360	5.256	199.408

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Imobilizado--Continuação

a) Método de depreciação

A Sociedade efetuou a revisão das taxas de depreciação de seu ativo imobilizado ao final do exercício de 2019 e com base na Lei 13.360/2016, que dispõe das normas e regras sobre a renovação das outorgas de geração de energia elétrica por mais 30 anos a contar da data final da outorga atual; e da Nota Técnica ANEEL 062/2018, que dispõe da metodologia de cálculo para apuração sobre o custo desta renovação e finalizou suas análises e estudos internos sobre a viabilidade de renovação de seus empreendimento que são passivos a essa renovação e concluiu que tem interesse em efetuar a continuidade de operação das atividades por mais 30 anos.

Mediante a este cenário, a usina passou a ter seus registros de depreciação com base na vida útil dos ativos estabelecido pela ANEEL, limitadas ao prazo da outorga, sendo este agora considerando o prazo da outorga atual adicionando-se o tempo de mais 30 anos conforme prevê a referida lei.

Para o cálculo da depreciação, é considerada a vida útil dos bens ou o prazo de autorização, dos dois o menor. O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos da Sociedade à Portaria nº 674/2015 da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

	<u>Vida útil</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	25 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	10 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	30 a 50 anos
Transmissão e distribuição	20 a 40 anos

b) Teste de redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução do CFC nº 1.292/10, de 20 de agosto de 2010, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos corpóreos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e concluiu que em 31 de dezembro de 2019 seus ativos, considerando as unidades geradoras de caixa, são recuperáveis.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a pagar

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Compra de energia – MRE/CCEE (*)	11.439	-
Fornecedores	770	533
Contas a pagar – partes relacionadas	565	14.353
Seguros	2	2
Total	12.776	14.888

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Credor	Encargos	2019		2018	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Em moeda nacional					
BNDES	TJLP (*) + 2,05% a.a.	8.118	32.639	8.115	40.508
BNDES	Pré-Fixado 4,50% a.a.	-	-	3.639	-
São João Energética S.A.	CDI	8.691	-	8.096	-
Total		16.809	32.639	19.850	40.508

(*) Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o percentual excedente à referida taxa, aplicado ao saldo devedor, será capitalizado junto ao principal.

Movimentação dos empréstimos nos respectivos exercícios:

	2019	2018
Saldo inicial	60.358	72.068
Juros provisionados	4.001	5.053
Juros incorporados ao principal (*)	144	359
Amortização – principal	(11.622)	(12.784)
Pagamento – juros	(3.557)	(4.445)
IOF provisionado	124	107
Saldo final	49.448	60.358

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor com BNDES, composto de principal e juros, é amortizado mensalmente, tendo o contrato como vencimento final a data de 15 de janeiro de 2025.

As parcelas de não circulante, em 31 de dezembro de 2019, têm os seguintes vencimentos:

	Valor
Ano	
2021	7.993
2022	7.993
2023	7.993
2024	7.993
Após 2024	667
Total	32.639

A Sociedade está sujeita a cláusulas restritivas constantes do contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros de cobertura do serviço da dívida (*debt-covenants*), os quais foram atendidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Provisão para contingências

Os saldos de contingências prováveis estão demonstrados a seguir:

	<u>Cíveis</u>
31 de dezembro de 2017	<u>2.100</u>
Adição	226
Baixa	(154)
Atualização	427
31 de dezembro de 2018	<u>2.599</u>
Adição	202
Baixa	(269)
Atualização	328
31 de dezembro de 2019	<u>2.860</u>

Em 31 de dezembro de 2019, existe contingência classificada e provisionada pela Sociedade como probabilidade de perda provável, referente a três ações de desapropriação.

Principais processos em andamento com probabilidade de perda possível

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ações cíveis	-	560
Ações tributárias	67	-
	<u>67</u>	<u>560</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possui uma contingência classificada como probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 67, referente a uma ação tributária.

Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade possuía duas contingências classificadas como probabilidade de perda possível, no montante de R\$ 560, referente a ações indenizatórias e um processo administrativo.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Outras contas a pagar

A composição do outras contas a pagar é:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Provisões MRE/CCEE (*)	24.907	23.163
Total	24.907	23.163

(*) Em 2018, o saldo se refere ao diferencial a pagar devidos aos impactos das liminares do GSF e GFIS, e em 2019, se refere, apenas, aos impactos da liminar do GSF.

A Sociedade está contratada no ambiente de contratação livre (“ACL”), e não considerou vantajosa a metodologia proposta pelo Governo acerca da repactuação do risco hidrológico. Conseqüentemente, a liminar sobre o tema permanece vigente enquanto a decisão final do mérito não é proferida. Adicionalmente, a Sociedade mantém as discussões com o Governo sobre novas medidas para a repactuação do risco hidrológico.

Em 2015, devido ao período de escassez de chuvas, a CCEE diminuiu a garantia física das empresas do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) que estão no mercado livre de energia, incluindo a Sociedade. Posteriormente, em conjunto com os demais membros da ABRAGEL (Associação Brasileira dos Geradores de Energia Elétrica), a Sociedade entrou com uma liminar contra a CCEE para garantir a manutenção de sua garantia física (GFIS). Com isso, a Sociedade efetuou o provisionamento desta em disputa.

Em 28 de junho de 2019, a referida Liminar obteve julgamento favorável em primeira instância. Por esse motivo, nossos assessores jurídicos alteraram a probabilidade de perda para remota, e em setembro de 2019, a Sociedade junto aos seus advogados, com base em um parecer jurídico, avaliou, a partir das informações disponíveis no momento, que essa disputa possui chance de perda remota, não necessitando mais de provisionamento no balanço.

O efeito da reversão de provisão da Liminar do GFIS, referente à Portaria MME 463/2009 e sua atualização monetária, perfaz R\$ 67.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é de R\$ 142.421, dividido em 138.713.090 (cento e trinta e oito milhões, setecentas e treze mil e noventa) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

b) Reservas de lucros

b.1) *Reserva legal*

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido serão aplicados, antes de qualquer outra destinação na constituição da reserva legal, a qual não poderá exceder a 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

b.2) *Reserva de retenção de lucros*

O estatuto social da Sociedade prevê que o saldo remanescente, após as deduções legais, será distribuído como dividendo aos acionistas ou terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral.

Conforme previsto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

Ainda, conforme previsto no artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, os lucros que deixarem de ser distribuídos em razão de situação financeira da Sociedade devem ser registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da Sociedade.

b.3) *Prejuízo acumulado*

A Lei nº 6.404/76, no parágrafo único do art. 189, determina que o prejuízo do exercício seja apresentado na conta de “prejuízos acumulados” e deverá obrigatoriamente ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Em 31 de dezembro de 2018, o prejuízo acumulado da Sociedade foi integralmente absorvido pela reserva de lucros.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos

O estatuto social determina que será destinado ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório o valor correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Para o exercício de 2018, não houve distribuição de dividendos, pois a Sociedade apresentou prejuízo.

12. Receita operacional líquida

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita operacional bruta		
Fornecimento de energia		
Venda de energia elétrica	38.784	37.261
Venda de energia elétrica - partes relacionadas	12.758	2.386
Resultado com MRE e CCEE (*)	2.408	72
	53.950	39.719
Deduções da receita operacional bruta		
Impostos sobre a venda		
PIS	(350)	(258)
COFINS	(1.617)	(1.190)
Receita operacional líquida	51.983	38.271

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Divulgação dos custos e das despesas por natureza

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Custo de geração de energia		
Compra de energia elétrica – partes relacionadas	4.875	-
Royalties ANEEL	1.735	1.736
	<u>6.610</u>	<u>1.736</u>
Custo com a operação		
Impostos, licenças e taxas	26	53
Serviços de terceiros	3.452	2.906
Seguros	309	347
Depreciação	6.213	10.625
Manutenção	405	369
MRE/CCEE (*)	14.427	12.202
Telecomunicações	468	419
Outros	392	300
	<u>25.692</u>	<u>27.221</u>
Total do custo de geração de energia	<u>32.302</u>	<u>28.957</u>
Despesas gerais e administrativas		
Impostos, licenças e taxas	55	62
Viagens	-	2
Serviços de terceiros	67	-
Pessoal	-	1
Serviços de administração – partes relacionadas	183	172
Outros	3	21
Total das despesas gerais e administrativas	<u>308</u>	<u>258</u>
Total de custos e despesas gerais e administrativas	<u>32.610</u>	<u>29.215</u>

(*) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

14. Resultado financeiro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.619	568
Variação monetária e cambiais, líquidas	-	1
Total	<u>1.619</u>	<u>569</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	3.670	4.746
Juros sobre mútuos	475	666
Despesas com letras de crédito	736	996
Despesas com juros e descontos concedidos	1.704	1.575
Outros	147	622
Total	<u>6.732</u>	<u>8.605</u>

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de renda e contribuição social

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Corrente		
Imposto de renda	1.599	1.003
Contribuição social	799	501
Total com despesas de impostos	<u>2.398</u>	<u>1.504</u>

A Sociedade calcula o imposto de renda e a contribuição social pela sistemática do lucro presumido, como demonstrado a seguir:

Impostos correntes	2019		2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Faturamento (fornecimento de energia)	53.950	53.950	39.523	39.523
ICMS	-	-	196	196
Outros – Baixa liminar GFIS	(66)	(66)	-	-
	<u>53.884</u>	<u>53.884</u>	39.719	39.719
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	<u>4.311</u>	<u>6.466</u>	3.178	4.766
Receitas financeiras	1.619	1.619	569	569
Outras receitas tributáveis	17	17	240	240
Base de cálculo total	<u>5.947</u>	<u>8.102</u>	3.987	5.575
% do imposto (*)	25%	9%	25%	9%
	<u>1.463</u>	<u>729</u>	973	502
Outros e pagamento de anos anteriores	136	70	30	(1)
Total	<u>1.599</u>	<u>799</u>	1.003	501

(*) A aplicação das alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para o imposto de renda e 9% para a contribuição social incidentes sobre o lucro tributável.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado, e estão resumidas como segue:

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativo			
Contas a receber			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(a)	-	11.927
Tangará Energia S.A.	(a)	1.259	-
		1.259	11.927
Passivo			
Contas a pagar			
Brookfield Energia Renovável Minas Gerais S.A.	(b)	5	-
Brookfield Energia Renovável S.A.	(b)	9	14.327
Salto Jaurú Energética S.A.	(b)	-	26
Tangará Energia S.A.	(b)	551	-
		565	14.353
Dividendos a pagar			
São João Energética S.A.	(c)	2.738	-
		2.738	-
Mútuos a pagar			
São João Energética S.A.	(d)	8.691	8.096
		8.691	8.096
Resultado			
Venda de energia			
Tangará Energia S.A.	(e)	12.758	2.386
		12.758	2.386
Compras de energia			
Tangará Energia S.A.	(f)	4.875	-
		4.875	-
Serviços de ADM - Despesa			
Brookfield Energia Renovável S.A.	(g)	183	172
		183	172
Despesas financeiras			
São João Energética S.A.	(h)	475	666
		475	666

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Transações com partes relacionadas--Continuação

- (a) Contas a receber entre a Sociedade e as empresas do grupo, como venda de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (b) Contas a pagar entre a Sociedade e as empresas do grupo, como compra de energia elétrica, serviços de administração, operação e manutenção e outros;
- (c) Referem-se aos dividendos a serem pagos ao acionista da Sociedade;
- (d) Operação de mútuo a pagar entre a Sociedade e sua controladora;
- (e) Venda de energia elétrica para outra empresa do grupo;
- (f) Compra de energia elétrica de outra empresa do grupo;
- (g) Conforme acordado entre as partes, o saldo se refere à prestação de serviços de assessoria e de consultoria empresarial nas áreas jurídica, contábil, fiscal, trabalhista, de administração financeira, recursos humanos e engenharia, reajustado anualmente pela variação do IGP-M;
- (h) Despesas financeiras resultantes do mútuo em vigência entre a Sociedade e sua controladora.

17. Seguros

A Sociedade tem como política manter cobertura de seguros para os bens vinculados à autorização sujeitos a riscos, considerando a natureza da sua atividade. O total da cobertura segurada em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 236.710 (R\$ 269.524 em 31 de dezembro de 2018) para os bens vinculados à autorização.

A apólice de seguro mantida pela Sociedade tem como proponente principal a São João Energética S.A., sendo previstas as coberturas seguradas por locais de risco onde estão instaladas as usinas do grupo. A soma das indenizações pagas pela presente apólice não poderá exceder o limite máximo de indenização combinado, Danos Materiais e Lucros Cessantes, no valor total de R\$ 620.000 (R\$ 620.000 em 31 de dezembro de 2018).

A redução ou aumento do valor de danos materiais se deve à conclusão das avaliações patrimoniais efetuadas por empresa externa em fevereiro de 2019. A análise de risco considerou um LMI (Limite Máximo de Indenização) para 2019/2021 de 90% (noventa por cento) do Valor em Risco Total considerando a maior exposição da Sociedade. Seguindo a métrica dos anos anteriores a maior exposição são as usinas do complexo do Rio Pomba (Ivan Botelho I, II, III e Zé Tunin).

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 39, 40 e 48, a Sociedade efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Sociedade efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Os ativos financeiros da Sociedade são classificados a valor justo por meio do resultado ou por custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ativos financeiros	2019			2018		
	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	A valor justo por meio de resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	26.612	26.612	-	11.142	11.142
Contas a receber	5.239	-	5.239	16.697	-	16.697
Depósitos restituíveis e valores vinculados	-	16.036	16.036	-	15.248	15.248
	5.239	42.648	47.887	16.697	26.390	43.087

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Custo amortizado: Incluem ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

Os principais passivos financeiros da Sociedade são classificados como custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Passivos financeiros	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar	12.776	14.888
Empréstimos e financiamentos	49.448	60.358
Dividendos a pagar	2.738	-
	64.962	75.246

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: a cada encerramento de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e bancos

Estão apresentados pelo seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

- Aplicações financeiras

São classificadas como disponíveis à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Contas a receber

São classificadas como mantidas até o vencimento, e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Empréstimos - *partes relacionadas*

São classificadas como empréstimos e recebíveis e, apresentadas pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis devido à natureza e prazos de vencimento desses instrumentos.

- Empréstimos - *instituições financeiras*

São classificadas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizadas pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos são calculados com base na projeção dos fluxos futuros das operações (ativo e passivo), utilizando as curvas de mercado descontadas a valor presente.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, cujo valor de mercado difere do contábil em 2019 e 2018.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Mensuração do valor justo

A tabela a seguir apresenta uma análise dos instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo, após o seu reconhecimento inicial. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada de preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sejam observáveis, direta ou indiretamente.

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	26.612	11.142
Depósitos restituíveis e valores vinculados	16.036	15.248

- Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros classificados em nível 1 ou 3 em 31 de dezembro de 2019 e 2018. As mensurações do valor justo dos instrumentos financeiros são aproximadas do valor contábil.

d) Gestão de risco

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia conservadora, visando à segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas.

A política da Sociedade estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de obrigações, seja em moeda estrangeira ou nacional, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados às variações cambiais ou a quaisquer índices sujeitos a maiores volatilidades.

Neste sentido, a contratação de instrumentos financeiros derivativos pode ocorrer após análise do risco pela Administração da Sociedade, simultaneamente ao contrato que deu origem a tal exposição.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o *rating* disponibilizado apenas por renomadas agências de análise de risco, o patrimônio líquido e os níveis de concentração de operações e recursos. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são:

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

i) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade a riscos de crédito referem-se às disponibilidades e as contas a receber. Todas as operações da Sociedade são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

O risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é minimizado uma vez que os recebimentos ocorrem no mês subsequente ao fato gerador.

ii) *Risco de liquidez*

Representa o risco de escassez e dificuldade da Sociedade honrar suas dívidas. A Sociedade procura alinhar o vencimento de suas obrigações com o período de geração de caixa para evitar o descasamento e gerar a necessidade de maior alavancagem.

iii) *Risco de concentração de carteira de clientes*

A Sociedade possui contratos de venda de energia (PPA) com um número reduzido de clientes, caracterizando assim uma forma de concentração em sua carteira.

Em virtude desta concentração, pode surgir a possibilidade de perda em que se incorre quando da incapacidade de pagamento das faturas de venda de energia elétrica por parte de seus poucos clientes. Para reduzir esse tipo de risco, a Sociedade efetua avaliações financeiras, requisita garantias financeiras e executa o gerenciamento das contas a receber, detectando desta forma com maior antecedência a possibilidade de inadimplência.

iv) *Risco de taxa de juros*

Refere-se ao risco de a Sociedade incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados no mercado e partes relacionadas.

A Sociedade entende que não é necessário celebrar contratos de derivativos para cobrir este risco, entretanto, vem monitorando continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

v) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Sociedade, as quais, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração por meio de planilha de medição de índices financeiros, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

vi) *Risco hidrológico*

De acordo com a regulamentação brasileira, a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras pode ou não depender diretamente da energia efetivamente gerada. Para usinas que fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), dependem da garantia física de cada usina hidrelétrica, cuja quantidade é fixa e determinada pelo Poder Concedente, constando na respectiva autorização. Para usinas fora do MRE, a receita depende de sua geração efetiva.

Na ocorrência de períodos de estiagem, a produção da usina será inferior à sua garantia física. Além disso, quando a geração hidrelétrica é reduzida, os preços no mercado *spot* ficam mais elevados. Em tais situações, os contratos bilaterais não seriam suficientes para reduzir os riscos a níveis adequados.

Para a mitigação do risco hidrológico, foi instituído pela regulação do setor o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE).

Trata-se de um mecanismo de *hedge* compulsório entre os aproveitamentos hidrelétricos que compõem o sistema, segundo o qual cada um recebe um crédito de energia proporcional à produção hidrelétrica total. O montante recebido é proporcional à razão entre o certificado de garantia física da usina e a soma de todos os certificados dos demais empreendimentos participantes do MRE.

Entretanto, é importante ressaltar que, caso o conjunto de usinas do MRE gere abaixo de sua garantia física, a alocação de energia de todos os participantes do Mecanismo será reduzida por um fator denominado *Generation Scaling Factor* (GSF), fazendo com que a Sociedade tenha que adquirir a diferença de sua energia alocada e seus contratos no mercado de curto prazo. Para reduzir este risco, a Sociedade controla o nível de contratação, minimizando a exposição ao mercado de curto prazo.

Geração Hidroelétrica Rio Grande S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Gestão de risco--Continuação

vii) *Risco de não renovação da autorização*

A Sociedade detém outorgas de autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, com prazos de vigência previamente estabelecidos, que possuem direito a renovação. Os critérios para renovação de concessões e autorizações de empreendimentos hidrelétricos com capacidade instalada entre 5 MW e 50 MW foram regulamentados pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 (alterada pela Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016), pelo Decreto 9.158/2017, de 21 de setembro de 2017 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

A Lei Federal nº 13.360 alterou o art. 26º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, mudando o limite inferior das usinas consideradas como PCH de 3 MW para 5 MW. Assim, empreendimentos que detinham autorização para exploração de potência instalada entre 3 MW e 5 MW foram transformadas em registro (CGH), tendo direito a renovação automática.

A referida Lei dispõe que outorgas de concessão e autorização para aproveitamento de potencial hidráulico com capacidade instalada superior a 5 MW e inferior ou igual a 50 MW, que não tenham sido prorrogadas anteriormente e que estavam em vigor na data de sua publicação poderão ser prorrogadas pelo período de 30 anos, mediante requerimento do empreendedor. Como contrapartida, o empreendedor deverá pagar à União ressarcimento financeiro pelo Uso do Bem Público (UBP), além do recolhimento de 50% da Compensação Financeira para Utilização de Recursos Hídricos (CFURH), conforme disposto na Lei nº 13.360/2016.

O valor da UBP será publicado com antecedência mínima de dois anos antes da renovação da outorga tendo como referência a metodologia de cálculo estabelecida na Resolução Normativa nº 859, publicada em 23 de outubro de 2019.

Caso a renovação das outorgas de autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores, ou ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Sociedade, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

e) Derivativos

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a Sociedade não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

19. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Sociedade autorizou a conclusão das presentes informações financeiras em 23 de março de 2020.